



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
JUIZADO ESPECIAL FEDERAL – 12ª VARA

SELEÇÃO DE CONCILIADORES

Edital n.º 01/2013

O JUIZ FEDERAL TITULAR DA 12ª VARA, Dr. GUSTAVO DE PAIVA GADELHA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei n.º 10.259/2001, torna pública a abertura de inscrições para processo seletivo de Conciliadores do mencionado Juízo, atendidas as condições e termos seguintes:

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 – DAS VAGAS

1.1 – O Certame visa ao preenchimento de 05 (cinco) vagas de Conciliador do Juizado Especial Federal Cível de Guarabira/PB, bem como a formação de cadastro de reserva até o 15º classificado.

2 – REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

2.1 – Poderão inscrever-se:

- a) brasileiros, natos ou naturalizados, preferencialmente bacharéis em Direito, inscritos ou não na OAB, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, em pleno gozo dos direitos políticos e ausência de incapacidade que impossibilite o exercício da função;
- b) não havendo aprovação de bacharéis em Direito, serão selecionados acadêmicos em Direito, brasileiros, natos ou naturalizados, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, em pleno gozo dos direitos políticos e ausência de incapacidade que impossibilite o exercício da função, desde que cursando a partir do 5º (quinto) período.

2.2 – Considerar-se-á habilitado para o exercício da função de Conciliador o candidato escolhido em processo seletivo de análise curricular, seguido de entrevista.

3 – DA REMUNERAÇÃO E VANTAGENS

3.1 – O exercício da função de Conciliador é gratuito e, se exercida por período contínuo superior a um ano, poderá constituir título para os concursos públicos promovidos pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com a pontuação que lhe for atribuída pelo edital.

3.2 – Ao Conciliador é assegurada a fruição dos direitos e prerrogativas do Jurado, conforme Código de Processo Penal (art. 437) e Lei n.º 10.259/01 (art. 18).

3.3 – A função de conciliador é considerada atividade jurídica para fins do art. 93, I, da Constituição Federal (requisito para inscrição definitiva em concurso público da magistratura), nos termos da Resolução n.º 11 e E nunciado Administrativo n.º 3 do Conselho Nacional de Justiça.

3.4 – o Conciliador terá cobertura de seguro de acidentes pessoais, custeado pela Justiça Federal.



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
JUIZADO ESPECIAL FEDERAL – 12ª VARA

4 – DURAÇÃO

4.1 – O ofício de Conciliador terá duração de até 02 (dois) anos, admitida a recondução (art. 18 da Lei 10.259/01), a critério do Juiz, ficando o Conciliador sujeito ao horário regular das audiências de conciliação e de instrução e julgamento.

5 – DA JORNADA

5.1 – A carga horária a que ficam sujeitos os conciliadores é de, no mínimo, 04 (quatro) horas semanais, estando obrigado o conciliador a permanecer, ainda, na unidade, até o encerramento da pauta de audiências a que lhe cabe (para efeitos do art. 2º da Resolução n. 11, de 31.01.2006, considera-se atividade jurídica a atuação do bacharel em Direito como juiz leigo ou conciliador do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, desde que não inferior a 16 [dezesesseis] horas mensais – Enunciado Administrativo n. 3, do Conselho Nacional de Justiça).

II – DAS INSCRIÇÕES

1 – As inscrições serão realizadas no período de **28 de janeiro a 01 de fevereiro** do corrente ano, no horário das 09h às 18h, de segunda a sexta-feira, na sede da Justiça Federal em Guarabira, na Rua Augusto de Almeida, 258, Bairro Novo, (83) 3271-9563.

2 – Para se inscrever, o candidato deverá:

2.1 – preencher, imprimir e assinar o requerimento que estará à disposição dos interessados na sede da Justiça Federal em Guarabira e entregá-lo no horário, local e datas de inscrição informado no item anterior;

2.2 – apresentar-se munido dos seguintes documentos:

- a) cópia autenticada do diploma ou o certificado de conclusão do curso, para os Bacharéis em Direito, ou declaração da instituição de ensino superior, reconhecida pelo Ministério da Educação, para os acadêmicos, de que é aluno regularmente matriculado, cursando a 2ª metade do curso, na hipótese prevista no subitem 2.1, alínea “b” do item 2 do tópico I (Requisitos para Habilitação);
- b) cópia autenticada da cédula oficial de identidade e do CPF;
- c) certidões das distribuições cíveis e criminais das Justiças Estadual e Federal;
- d) *curriculum vitae* com fotocópia da documentação pertinente.

2.3 – Na hipótese de candidato cuja inscrição seja realizada através de procurador, é necessária, além dos documentos do candidato, a cópia do documento de identidade do procurador e procuração a ele outorgada com fins específicos de realização da inscrição no certame em questão, acompanhadas do original da identidade do procurador para fins de conferência pelo servidor responsável pelo recebimento da inscrição. Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
JUIZADO ESPECIAL FEDERAL – 12ª VARA

III – DA SELEÇÃO

- 1 – A seleção dos candidatos inscritos será realizada pelo Juiz Federal Titular, mediante a análise dos currículos dos candidatos, seguida de entrevista, em período a ser posteriormente divulgado, cujo resultado será publicado na sede da Justiça Federal em Guarabira, na Rua Augusto de Almeida, 258, Bairro Novo, (83) 3271-9563.
- 2 – A homologação do resultado da seleção será feita pelo Juiz Federal da 12ª Vara, a quem compete proceder à designação dos selecionados.
- 3 – Somente serão classificados candidatos até a 15ª posição, ficando automaticamente eliminados do certame os demais.

IV – DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

- 1 – Aos Conciliadores compete:
 - a) examinar as ações antes das sessões de conciliação e preparar relatório acerca da lide;
 - b) abrir e conduzir a sessão de conciliação, sob orientação do Juiz, promovendo o entendimento entre as partes;
 - c) certificar os atos ocorridos na audiência de conciliação e instrução e julgamento;
 - d) lavrar os termos de conciliação instrução e julgamento, submetendo-os à homologação dos Juízes que atuam no Juizado;
 - e) lavrar o termo de audiência, em não havendo acordo, encaminhando-o ao Juiz do processo, para fins de realização da audiência de instrução e julgamento.
- 2 – Os Conciliadores ficam impedidos de exercer a advocacia perante o Juizado Especial, no âmbito da Subseção Judiciária de Guarabira (12ª Vara Federal).

V – DA ADMISSÃO

- 1 – O candidato selecionado firmará Termo de Compromisso, pelo qual se obrigará a cumprir as determinações da Lei nº 10.259/2001, bem como as normas disciplinares estabelecidas pelo Diretor da Subseção Judiciária de Guarabira e Juízes a que estão vinculados.
- 2 – O Termo de Compromisso assinado pelo Conciliador não gera direitos à investidura comissionada, a vínculo empregatício, à ajuda de custo, não ensejando, enfim, qualquer ônus para a Justiça Federal, exceto cobertura de seguro de acidentes pessoais.



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
JUIZADO ESPECIAL FEDERAL – 12ª VARA

VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1 - O prazo de validade desta seleção será de 01 (um) ano.
- 2 - A inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 3 – Findo o exercício da função, será expedido pela Direção da 12ª Vara Federal certificado ao Conciliador que cumprir fielmente os compromissos assumidos quando de sua investidura e decorrentes de seu ofício, pelo período mínimo de 01 (um) ano e respeitada a frequência mínima semanal.
- 4 – Havendo descumprimento das atribuições funcionais, notadamente da assiduidade ao compromisso assumido, o conciliador será desligado da atividade.
- 5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Juiz Federal da 12ª Vara a quem compete dirimir as dúvidas de interpretação e aplicação deste Edital.

Guarabira/PB, 15 de janeiro de 2013.

GUSTAVO DE PAIVA GADELHA
Juiz Federal Titular da 12ª Vara